

Dinâmicas normativas e espaços linguísticos: contrastes e interseções na construção do português e do espanhol

*Dinàmiques normatives i espais lingüístics:
contrastos i interseccions en la construcció del portuguès i de l'espanyol*

*Normative dynamics and linguistic spaces:
contrasts and intersections in the construction of Portuguese and Spanish*

Xoán Carlos LAGARES
Universitat Federal Fluminense

Data de recepció: 2 de març de 2020

Data d'acceptació: 27 de març de 2020

RESUMO

Seguindo o princípio de que a construção de uma norma-padrão é um processo histórico complexo e polêmico, abordamos a comparação da normatização do português e do castelhano a partir de uma perspectiva glotopolítica. Nesse sentido, entendemos a constituição de territórios linguísticos como a formação de espaços de produção de lealdade linguística em relação a uma norma, que propõe uma representação unificada a partir de práticas linguísticas extremamente diversas e que (antes ou à margem desse processo) se apresentam sem cortes nem delimitações bem definidas. Neste artigo identificamos os momentos históricos que correspondem à focalização e construção de ambas as línguas, assim como os agentes e as instâncias de normatização e as polêmicas que inevitavelmente fazem parte desses processos, considerando a diferença entre a “padronização difusa” do português e a centralidade da RAE e da ASALE que caracteriza o âmbito da língua espanhola.

PALAVRAS-CHAVE: glotopolítica, dinâmica normativa, espaço linguístico, padronização, espanhol, português.

RESUM

D'acord amb el principi que la construcció d'una normativa és un procés històric complex i polèmic, abordem la comparació de la normalització del portuguès i del castellà a partir d'una perspectiva glotopolítica. En aquest sentit, entenem la constitució de territoris lingüístics com la formació d'espais de producció de lleialtat lingüística en relació amb una norma, que proposa una representació unificada a partir de pràctiques lingüístiques extremament diverses i que (abans o al marge d'aquest procés) es presenten sense delimitacions ni talls ben definits.

CORRESPONDÈNCIA: Xoán Carlos Lagares. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Letras. Departamento de Letras Estrangeiras Modernas. Campus do Gragoatá, Bloco C. Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/nº São Domingos – Niterói – RJ – CEP: 24210-200, Brasil. A/e: xlagares@id.uff.br. Tel.: (+55 21) 2629-2044.

En aquest article identificarem els moments històrics que corresponen a la focalització i la construcció d'ambdues llengües, com també els agents i les instàncies de normalització i les polèmiques que inevitablement formen part d'aquests processos, tenint en compte la diferència entre la «normalització difusa» del portuguès i la centralitat de la RAE i l'ASALE que caracteritza l'àmbit de la llengua espanyola.

PARAULES CLAU: glotopolítica, dinàmica normativa, espai lingüístic, normalització, espanyol, portuguès.

ABSTRACT

Considering the construction of a standard norm as a complex and controversial historical process, we address the standardization of Portuguese and Spanish from a glottopolitical perspective. In this respect, we understand linguistic territories as spaces for the production of linguistic loyalty in relation to a norm. This conception entails a unified representation based on extremely diverse linguistic practices which show no gaps or clearly defined delimitations before or aside from this process. In this paper we identify the historical moments associated with the construction and focalization of both languages, as well as the agents, instances of standardization and inevitable controversies involved, while considering the differences between the “diffuse standardization” of Portuguese and the centrality of the RAE and ASALE which characterizes the Spanish language domain.

KEYWORDS: glottopolitics, normative dynamics, linguistics space, standardization, Spanish, Portuguese.

1. INTRODUÇÃO

Para a perspectiva glotopolítica (Guespin e Marcellesi, 1986; Arnoux, 2000; Valle, 2017; Lagares, 2018), que adotamos ao comparar os processos normativos do português e do espanhol, a dimensão política da linguagem está marcada pela polêmica, pelo debate entre posições e interesses conflitantes. A análise comparada das *dinâmicas normativas* do português e do espanhol tem como objetivo pesquisar as condições sociais de produção de norma em ambos os espaços linguísticos, considerando o seu caráter polêmico, mediante a identificação das instâncias e agentes de intervenção glotopolítica e dos sistemas ideológicos em que baseiam a sua autoridade (Woolard, 2012; Valle, 2007).

Neste artigo, veremos, em primeiro lugar, como se dá historicamente a articulação entre território e língua nos âmbitos do português e do espanhol. A seguir, analisaremos de forma comparada o processo de individuação e elaboração de ambas as línguas, associando-o aos modos adotados pela colonização empreendida por Portugal e por Espanha na América e pela forma como se constituem os respectivos mercados linguísticos. Identificaremos também as respectivas instâncias e os agentes responsáveis pela codificação de ambas as línguas, reconhecendo as diferenças e as semelhanças nesses processos. Compararemos, por último, os investimentos ideológicos na

produção de uma ideia de unidade linguística em português e em espanhol, em seus respectivos contextos.

2. TERRITÓRIO, LÍNGUA E NORMA

Para a geografia social e para a antropologia, a noção de território contempla a ação social na apropriação de um espaço físico, para o transformar num ambiente de vida em comunidade. Os territórios constroem-se por meio da interação social. Assim como acontece com as línguas, as comunidades também não têm limites precisos. Quase sempre, a formação de consensos para defini-las pressupõe a existência de conflitos e de situações de domínio de uns grupos sobre outros. O historiador inglês Peter Burke (2004: 6), ao estudar a relação entre línguas e comunidades nos inícios da Europa Moderna, adverte que as comunidades locais e reais são complexas e caóticas, enquanto as “comunidades imaginadas” (Anderson, 2008 [1991]) têm fronteiras claras e precisas. A imaginação dá frutos e tem efeitos reais, e o linguístico joga aí um papel essencial:

Attempts to create communities by imposing a particular language or variety of language have important consequences, even if they are not always the consequences intended by the planners. Hence we have to examine the role of languages not only as expressions or reflections of a sense of community cohesion, but also as one of the means by which communities are constructed or reconstructed. (Burke, 2004: 6)

Durante a Idade Média, as fronteiras entre o latim e as línguas românicas não eram muito claras; também no início do período moderno, embora a imprensa e certa centralização administrativa dos Estados monárquicos tenham contribuído para os processos de padronização, as fronteiras linguísticas eram muito menos definidas do que nos séculos XIX e XX, quando se consolidaram os Estados nacionais.

Se observamos os juízos de valor realizados por gramáticos castelhanos e portugueses sobre a realidade linguística da Península Ibérica, durante os séculos XVI e XVII, comprovamos a existência de diferenças marcantes à hora de delimitar línguas. Mesmo tendo se iniciado já processos de “gramatização” autônomos (Auroux, 1992), a desigual relação política entre reinos (e a hegemonia do de Castela) fazia com que os gramáticos castelhanos questionassem a independência linguística do português e com que os portugueses se vissem obrigados, por sua vez, a (re)afirmá-la constantemente (Lagares, 2011).

Sylvain Auroux (1992) define como uma “revolução tecnológica” a aplicação da técnica ou da Arte da gramática latina às línguas românicas. Essa “redução em artifício” da língua, como dizia Nebrija na introdução de sua gramática, publicada em 1492, confere uma existência virtual unificada a um conjunto heterogêneo de práticas linguísticas, cobertas pela noção de castelhano e de português. A língua,

“companheira do império”, é um instrumento a serviço do poder político soberano (Nebrija, 1980 [1492]).

Duarte Nunes de Leão, em sua *Origem da língua portuguesa* (1601), esgrime critérios políticos para estabelecer a distinção entre galego e português, ao fazer referência à formação de um centro normativo em Portugal, o que não teria acontecido na Galiza. A “superioridade” do português, e a “distinção” (Bourdieu, 2007 [1979]) que ele promove, portanto, derivaria dessa intervenção cortesã sobre a língua:

Da qual língua galega a portuguesa se avantajou tanto, quanto na cópia como na elegância dela vemos. O que se causou por em Portugal haver reis e corte que é a oficina onde os vocábulos se forjam e pulem e donde manam para os outros homens, o que nunca houve em Galiza. (Leão, 1983 [1601]: 220)

Precisamente, num artigo de 1982 sobre a complexa relação entre as noções de língua e dialeto, John E. Joseph cita o caso do português e do espanhol, com o contraexemplo galego, para apresentar a enorme dificuldade que essas distinções levantam. A reflexão de Joseph parte, questionando-a, da distinção de H. Kloss (1959) entre línguas *abstand* e língua *ausbau*, isto é, entre línguas reconhecíveis enquanto tais pela sua distância estrutural intrínseca e aquelas que atingem esse status devido a processos de elaboração que implicam certo desenvolvimento normativo e o seu uso em funções sociais de prestígio. Considerando que o status da “língua” é um fato social, Joseph (1982: 475-476) considera preferível utilizar três tipos de critérios para diferenciar línguas: *estrutural*, *funcional* e *sociopolítico*. Em relação às línguas da Península Ibérica, segundo o autor, só o eusquera permitiria utilizar sem ambiguidade o *critério estrutural*, pois no *continuum* românico peninsular o “máximo de homogeneidade” exigido idealmente para identificar uma língua só pode ser “atingido” com uma forte intervenção sociopolítica. Já o *critério funcional* se referiria a características totalmente determinadas pelo processo de padronização:

Use as a vehicle of intracommunication by a large social unit and of intercommunication with other units; ideologization of the dialect into a symbol of nationalism or formality or both; use as a *médium* for current cultural advances (technology, education, etc.); codification (choice of a writing system, compilation of grammars and dictionaries); actual use in writing and publication. (Joseph, 1982: 475)

O *critério sociopolítico*, por sua vez, estaria estreitamente vinculado ao anterior, pois se refere ao grau de lealdade dos falantes em relação a tal variedade linguística. Nesse sentido, também, o processo de padronização tem um peso fundamental, pois, como sentenciamos Joseph (1982: 475-476), se no discurso comunitário se exprime uma lealdade mais forte em relação a outra unidade diferente daquela com a qual o dialeto está associado, conseguir o status de “língua” é muito improvável. Teríamos aí um caso de “sobreposição” de norma, também estudado por esse autor em trabalhos posteriores (Joseph, 1985).

Na realidade, qualquer processo de identificação de línguas permite questionar a separação ideal entre o plano sistémico-estrutural e o funcional-sociopolítico, pois mesmo quando a distância estrutural seja grande em relação a outras “línguas”, como é o caso do eusquera, o “máximo de homogeneidade” só se torna perceptível após a intervenção normativa. Até esse momento, o que encontramos é um *continuum* de variação extremamente intenso, como consequência da falta de “pressão normativa” mais extensa, e a conseguinte dificuldade para identificar uma “unidade linguística” evidente.

Considerando a relação entre português e espanhol, Joseph (1982: 476) diz o seguinte:

Portuguese is a distinct “language” from Spanish because its corresponding unit of loyalty defines a nation with a long history of sovereign status. (That the status of Portuguese is more a sociopolitical than a structural fact is indicated by the position of Galician, linguistically much closer to Portuguese than to Spanish, but spoken in the nation of Spain, and therefore a “Spanish dialect”). (Joseph, 1982: 476)

Resulta um pouco surpreendente, embora compreensível, o desconhecimento da situação do galego naquele momento histórico, 1982, quando este já era língua oficial na Galiza autonômica e contava com boas doses de elaboração linguística e de investimento ideológico para justificar a sua independência, tanto em relação ao português quanto ao espanhol. A linguística descritiva jogou aí um papel decisivo, acompanhando estreitamente circunstâncias sociopolíticas que têm uma importância definitiva: a lealdade da comunidade falante de galego em relação ao seu próprio idioma e o contexto político da Espanha das Autonomias, com a oficialização territorial do galego. Mas o argumento está claro. A dúbia situação do galego seria um exemplo evidente da importância de um Estado nacional que encarne essa “unidade de lealdade” necessária para que uma língua seja considerada “língua”.

Joseph define como “focal” a variedade adquirida em primeiro lugar, dentro do repertório linguístico de um mesmo falante, aquela que costuma ser usada em grupos de interação mais intensa e próxima. Dessa perspectiva, dois falantes podem se identificar numa mesma comunidade linguística se compartilham a mesma variedade focal. Ora bem, considerando a extrema heterogeneidade que experimenta o que pode ser identificado como uma comunidade linguística, afinal, o mais relevante para defini-la são aquelas normas de uso que a maioria considera aceitáveis e que elevam uma variedade concreta, mais ou menos reconhecível socialmente, à categoria de *sinédoque* da língua (Joseph, 1982: 481-489). Essa variedade sobrepõe-se como modelo e foco de reconhecimento, na representação da comunidade, a todas as outras variedades e proporciona a base sobre a qual é construída a norma-padrão. A *sinédoque* é a figura de linguagem que consiste em identificar a parte com o todo. Nesse sentido, variantes excluídas da representação de uma língua, por não fazerem parte da variedade *sinédoque*, podem ser altamente representativas de uma outra língua.

Nos sistemas fonológicos do português e do espanhol, do modo como eles são descritos em suas respectivas gramáticas (quer sejam apresentadas como descritivas, prescritivas, moderadamente prescritivas, escolares ou de qualquer outro tipo), sempre é formulada uma diferença “constitutiva” entre ambas as línguas, em relação à existência ou não de oposição fonológica entre a consoante oclusiva bilabial sonora /b/ e a fricativa labiodental sonora /v/. A não distinção em favor da bilabial faz parte da variedade sinédoque do espanhol, embora tenhamos várias descrições de variedades nas quais essa distinção é operativa fonologicamente em todo o mundo hispânico, da Espanha ao Uruguai, Cuba ou México (por exemplo, Isbasescu Haulica, 1970). A distinção fonológica entre /b/ e /v/ identifica de modo geral o português em todos os instrumentos gramaticais e manuais didáticos, mesmo que ela não faça parte das variedades situadas no território de origem dessa língua, que hoje corresponde à Galiza e ao norte de Portugal, onde só se realiza a bilabial em todos os casos.

Moreno Cabrera (2015: 123-138) questiona, com base nas variedades andaluzas, um dos axiomas constituintes do castelhano (e da ideologia que o concebe como língua franca e de encontro de toda a diversidade românica peninsular), o das cinco vogais orais tônicas. As oito vogais do andaluz oriental são descritas, então, para manter a ideia de unidade linguística do espanhol (e a consideração de que o andaluz é um “dialeto” dessa língua) como integrantes de um *subsistema linguístico*. A ideia de *diassistema*, tradicionalmente, cumpre esse mesmo papel, tentando dar conta da existência de uma gama de variedades aparentadas, com diferenças estruturais entre si, mas integradas numa mesma entidade abstrata superior (Bagno, 2017: 88-89).

No centro de todas essas distinções entre línguas, enfim, está a normatividade e a sua aplicação em espaços geográficos definidos, a sua capacidade para delimitar territórios linguísticos e, portanto, comunidades. Como diz o geógrafo brasileiro Milton Santos:

As técnicas participam na produção da percepção do espaço, e também da percepção do tempo, tanto por sua existência física, que marca as sensações diante da velocidade, como pelo seu imaginário. Esse imaginário tem uma forte base empírica. O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de “viver bem”. Como meio operacional, presta-se a uma avaliação objetiva e como meio percebido está subordinado a uma avaliação subjetiva. Mas o mesmo espaço pode ser visto como o terreno das operações individuais e coletivas, ou como realidade percebida. Na realidade, o que há são invasões recíprocas entre o operacional e o percebido. Ambos têm a técnica como origem e por essa via nossa avaliação acaba por ser uma síntese entre o objetivo e o subjetivo. (Santos, 2008: 55)

Entendendo a norma-padrão da maneira como o faz Auroux (1992) (e também Nebrija), como uma técnica (ou Arte), podemos pensar que esta também participa na produção da percepção do espaço, permitindo identificar territórios. A técnica (a

norma-padrão, neste caso) está efetivamente na interseção entre *o operacional* e *o percebido*, contribui decisivamente para a formação do território e se apresenta como o elemento que permite identificá-lo com limites mais ou menos precisos. O espaço linguístico impõe-se igualmente, como diria Milton Santos, pelas condições que oferece para produzir, para circular, para residir, para fazer política, para manifestar crenças e para viver o lazer. E o primeiro espaço unificado para isso, pelo menos desde 1780 (Hobsbawm, 2002 [1990]), é o do Estado nacional.

Benedict Anderson (2008 [1991]) descreve as formas de construir território dessa “comunidade imaginada” que chamamos de “nação” e que faz com que estabeleçamos relações de certa familiaridade com pessoas que desconhecemos, com as quais não temos nenhum vínculo pessoal, mas com quem compartilhamos referências fundamentais na nossa vivência cotidiana. A língua é um elemento essencial nessa construção, pois a participação em redes de comunicação mais ampla faz com que os falantes se sintam num espaço e num tempo homogêneos.

3. DINÂMICAS NORMATIVAS: FORÇAS EM JOGO NA CONSTRUÇÃO DAS LÍNGUAS

A identificação entre língua, norma e domínio territorial de uma língua escrita nos alerta sobre a necessidade de prestar atenção aos processos padronizadores como forma de constituição de línguas e territórios.

Para tal, é preciso fazer uma primeira distinção. Por um lado, temos as *normas práticas*, normas sociais de uso linguístico, incorporadas na forma de “habitus” (Bourdieu, 2003 [1989]) e que delimitam comunidades, na medida em que estas se definem “pela participação em um conjunto de normas compartilhadas” (Labov, 2009 [1972]). Por outro lado, temos as *normas explícitas*, a construção de modelos virtuais de língua sobre a base (ou não) das normas práticas que representam a comunidade (ou nas quais a comunidade se vê representada).

Haveria, em qualquer caso, que descrever como se dá a interação entre essas normas (práticas e explícitas): o delicado equilíbrio entre o reconhecimento da formação histórica de novas normas práticas e a manutenção da tradição prescritiva, as polêmicas implicadas nessas definições e os interesses ideológicos que acompanham cada uma dessas posições. Fazer tal análise das “dinâmicas normativas” das línguas supõe entender que o processo padronizador não é uma questão técnica, e vê-lo, portanto, de uma perspectiva glotopolítica, como um “jogo de forças” (do grego δύναμις [*dýnamis*]) que nunca se detém, no qual estão implicadas polêmicas sobre a forma de construir territórios linguísticos e a disputa do seu controle por parte de diversos agentes sociais.

Haugen (1983) definia quatro fases no processo de padronização: *seleção* da variedade que serve de base para a elaboração do padrão; *codificação* propriamente dita, que se materializa na elaboração de instrumentos linguísticos (ortografia, gramática e dicionário); *difusão* da norma, sobretudo por meio do sistema obrigatório de educação e dos meios de comunicação; e, por último, *modernização* constante da norma

construída, para atender a todas as necessidades discursivas da comunidade linguística. Do nosso ponto de vista, seria preciso reconhecer, em primeiro lugar, a circularidade entre a *seleção* e a *modernização* ou desenvolvimento funcional da norma. Na constituição do *dialeto sinédoque*, intervêm dinâmicas sociais complexas, associadas à constituição de centros normativos e nas quais influem também intervenções para a elaboração de recursos discursivos em determinados gêneros escritos de prestígio. A seleção, mais do que uma decisão consciente, é um processo demorado de decantação que acompanha a ampliação funcional de uma variedade de prestígio. Aqui há também certa circularidade: as variantes de prestígio usadas por escritores, jornalistas e produtores de textos escritos servem de base para a elaboração do código de referência, o que faz com que aumente o seu prestígio e as converte em canônicas, difundindo-as como tais pelo espaço sociocultural identificado como próprio da língua (Monteagudo e Lagares, 2018). Fazer um jornal, por exemplo, numa capital, usando (ou não) por escrito variantes de prestígio do local é, em parte, uma decisão política que contribui a delimitar um território, marcado pela extensão geográfica da circulação dessa publicação, pelos limites do seu mercado.

Mais do que de *seleção* de uma variedade que serve de base para a constituição da norma-padrão, podemos falar de processos de *individação* linguística como produto de dinâmicas sociais que dizem respeito à formação de centros linguísticos de referência, onde se ampliam as funções sociais de uma determinada variedade.

1.	Individação	←→	Modernização
2.	Codificação	←→	Difusão

3.1. *Construção dos espaços linguísticos do português e do espanhol (individação – modernização)*

No momento de consolidação do português e do castelhano como línguas escritas, os centros normativos eram as cortes reais, e os seus efeitos estavam limitados a uma pequena parcela da população. A expansão imperial iniciada pelas coroas de Espanha e de Portugal não supôs uma ampliação geral do modelo de língua padronizada, porque não existiam os instrumentos sociais para isso antes da consolidação dos Estados nacionais modernos, nos séculos XIX e XX.

Do nosso ponto de vista, o que tem uma importância histórica no desenvolvimento posterior dos respectivos espaços linguísticos é o modelo de colonização e a constituição ou não de novos centros normativos no continente americano, com capacidade de difusão das suas variantes de prestígio. Nesse sentido, há uma diferença relevante entre a colonização de povoamento que caracterizou esse processo no mundo hispânico, com a interiorização e a criação das cidades que replicam as metrópoles, e a colonização de exploração, centrada na extração de minerais e madeiras e na monocultura de exportação empreendida por Portugal, que concentra na costa os núcleos

populacionais da administração colonial para escoar a matéria-prima e os produtos agrícolas para Europa. O historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda (2007 [1936]) descreve ambos com as figuras simbólicas do *ladrihador* e do *semeador*, respectivamente:

Em nosso próprio continente, a colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou à portuguesa: por uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados. Um zelo minucioso e previdente dirigiu a fundação das cidades espanholas na América. (Holanda, 2007 [1936]: 95-96)

Essa diferença histórica faz com que a diversidade dos novos centros culturais (e, portanto, criadores e difusores de norma) no território colonizado pela Espanha seja enorme desde muito cedo, o que não aconteceu no correspondente território americano da Coroa portuguesa. As diferenças nas políticas culturais não podem ser dissociadas da existência de dois modelos de colonização diferentes. Na América Hispânica fundam-se universidades já no século XVI (a de São Domingos, em 1538, e as de São Marcos, em Lima, e da Cidade do México, em 1551); enquanto isso, a primeira instituição de ensino superior no Brasil, a Escola de Cirurgia da Bahia, foi fundada só em 1808. Em 1911 é que se funda a Universidade de São Paulo; em 1912, a do Paraná; e em 1913, a Universidade de Manaus.

A proibição de imprimir livros no Brasil (mantida até o século XIX) sem dúvidas teve um efeito no lento desenvolvimento dos novos centros normativos do português na América (Faraco, 2016). Sérgio Buarque de Holanda (2007 [1936]: 119-120) explica que já em 1535 se imprimiam livros na Cidade do México e a arte tipográfica é levada para Lima no final do século XVI. Em todas as principais cidades da América Espanhola, há estabelecimentos tipográficos desde o século XVIII. Nessa mesma época, por volta de 1747, uma gráfica é aberta no Rio de Janeiro, sendo logo fechada por ordem real. A imprensa só será introduzida no Brasil no início do século XIX, com a vinda da corte portuguesa, em 1808.

A todas essas circunstâncias devemos acrescentar a dinâmica social e linguística criada nesses territórios colonizados. Ofelia García destaca como um dos traços da cultura etnolingüística latino-americana o contraste entre as identidades linguísticas e a atitude purista oficial, desde a época colonial:

A recognition of the region's distinct linguistic identity from that of Spain or Portugal, despite an official attitude of *purismo* in the use of the European languages. In practice, Spanish and Portuguese are transplanted languages that are realized in many places as contact dialects sprung from the interaction through the centuries with Native, African, and other European languages and more recently with English. There are also significant minorities in both rural and urban Latin America for whom Spanish and Portuguese are second languages. (García, 1999: 230)

Essa realidade linguística, que tem também uma face étnica, pois a maioria da população para a qual o espanhol e o português são segundas línguas na América Latina é indígena, configura a situação pós-colonial em todo o continente. As elites dos novos países após a independência deviam se equilibrar entre duas tendências contraditórias: a de se afastarem o mais possível dos usos linguísticos das camadas populares, formadas por indígenas e africanos escravizados e seus descendentes, afirmando a sua origem europeia, por um lado; e a de reivindicarem uma diferença cultural com a antiga metrópole que só podia existir de forma idealizada, por outro.

O que tradicionalmente se chamou de “fragmentação” do mundo hispânico teria a ver, entretanto, com a formação de diversos centros culturais (Malmberg, 1975 [1959]) na América Hispânica, base do atual pluricentrismo do castelhano. Diversos centros de prestígio, ou grandes capitais econômicas e políticas, difundem normas próprias em suas áreas de influência (Fontanella de Weinberg, 1992; Lara, 2004). Numa situação assim, os mesmos traços linguísticos podem receber diferentes valorações sociais em pontos diversos da América de língua castelhana. O “voseo”, por exemplo, responde a pautas sociopragmáticas diferentes e é avaliado pelos falantes com critérios diversos nos lugares em que ocorre, como mostra a sua aceitação na norma culta argentina e a sua recusa pela norma de prestígio do Chile. O mesmo pode ser dito da avaliação que recebe a não distinção entre /θ/ e /s/ (ou “seseo”) na Espanha, que pode ser valorada negativamente quando se registra na fala de um cidadão espanhol, andaluz ou canário, por exemplo, mas não quando quem a pronuncia é um falante latino-americano.

Na materialização desse pluricentrismo, têm um grande peso as transformações que acontecem no panorama cultural durante o século xx, com o desenvolvimento da cultura de massas e os novos modos de produção e de circulação de bens culturais. Fanjul (2011: 313-316) chama a atenção para um fato importante na conformação de uma ideia compartilhada de unidade linguística no mundo hispânico, na construção de um espaço linguístico transnacional do espanhol: a circulação eficiente de bens culturais entre diversos centros de prestígio, tais como folhetins, romances e revistas, já no século xix, e romances, novelas, filmes, seriados radiofônicos e de televisão ou música popular, no século xx. A circulação desses bens culturais permite que os falantes entrem em contato, se familiarizem e reconheçam outras variedades de castelhano diferentes daquela que eles mesmo falam. Dessa maneira, formam uma certa ideia de comunidade baseada numa não completa intercompreensão, repleta de brechas e de furos, mas afirmada em algum tipo de identificação comum. E aí jogam um papel determinante a norma explícita e a política de centralidade normativa.

Algo muito diferente aconteceu na construção do território transnacional do português. A independência tardia dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), só no último quartel do século xx, marca a presença da norma lisboeta nesses países até hoje. A forte cisão social e cultural e a precariedade de seus processos nacionalizadores dificultam a difusão das suas próprias normas práticas de prestígio a partir das capitais. No Brasil, como vimos, a efetiva constituição de centros normativos também é relativamente tardia. Só no início do século xx, como resultado da

industrialização e do crescimento das cidades, se deu início a um processo de “nívelamento sociolinguístico” do português brasileiro (Lucchesi, 2015), com a formação de contínuos de variantes, no eixo diastrático e diafásico, que aproximaram as realizações consideradas cultas das populares, embora sem mudanças significativas na tradição padronizadora.

As intensas migrações internas acontecidas no país durante o século xx puseram em contato variedades faladas nos mais diversos recantos do país, como dizem Ilari e Basso (2006): a exploração agrícola da Amazônia e da região do cerrado por colonos do Sudeste e do Sul, a grande migração de nordestinos a São Paulo ou Brasília para trabalhar na construção civil ou, mesmo antes disso, a migração causada pelo ciclo da borracha. Algumas variantes regionais em concreto, próprias das falas populares do Centro e de uma parte do Sudeste, acumulam uma grande rejeição social, como demonstra a “tendência da escola para reprimir o uso do chamado ‘erre caipira’ [vibrante retroflexa] na região central do estado de São Paulo, onde essa pronúncia ainda é corrente na comunicação informal” (Ilari e Basso, 2006: 163). Ao mesmo tempo, o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico da região Sudeste do Brasil, onde se encontram as duas cidades que concentram mais população, Rio de Janeiro e São Paulo, e onde se situam também os principais meios de comunicação de massas, fizeram com que as características linguísticas desse território se transformassem em modelo para todo o país (esse seria o *dialeto sinédoque*, segundo a proposta de Joseph).

A língua usada pelas grandes redes de televisão representa em boa medida os usos da região Sudeste, o que deu lugar à expansão de fenômenos como a pronúncia africada do /t/ diante de vogal palatal, como em [tʃia], hoje prestigiosa no Brasil e associada a uma pronúncia “não regional”. A realização oclusiva do /t/ ativa todos os estereótipos sociais próprios do “dialeto” quando aparece na fala de um/a brasileiro/a e identifica também o português europeu e africano.

Essas representações detêm-se no limite do mercado midiático brasileiro, onde quase não entram outras variedades de português de outras partes do mundo. Esse corte na circulação de bens culturais em língua portuguesa, ou o seu desequilíbrio, pois os brasileiros entram no mercado português (por meio da indústria fonográfica e da televisão, sobretudo), determina a compreensão do espaço linguístico internacional dessa língua como um território partido em dois.

3.2. As instâncias e os agentes normativos em português e em espanhol (codificação – difusão)

Do ponto de vista da norma explícita, da elaboração do padrão, também há enormes diferenças entre o português e o castelhano. A diferença mais importante tem a ver com a centralidade da Real Academia Española como instituição formuladora de políticas normativas, sem paralelo no mundo lusófono. Face a uma tradição normativa com um centro bem definido por uma instituição com autoridade reconhecida (e contestada) no mundo hispânico, o espaço do português se caracteriza por uma

padronização difusa, que se manifesta em instrumentos normativos (gramáticas e dicionários) de tipo autoral.

Um aspecto que permite compreender bem a existência de dois modos diferentes de gestão linguística é a ortografia, um dos instrumentos fundamentais da codificação. Enquanto no espaço linguístico do castelhano a RAE e a ASALE constituem o centro de referência, a gestão da ortografia no âmbito lusófono é estritamente nacional. O *Acordo Ortográfico* do ano 1990 (AO90) teve de ser ratificado pelos respectivos congressos nacionais, por ter status de tratado internacional sobre cooperação econômica, científica, técnica e cultural (Cristóvão, 2010: 130). A ortografia, aprovada por decreto presidencial no Brasil em 2008, é matéria de lei. Essa diferença no modelo de gestão tem consequências nos processos de implantação das regras ortográficas, mais flexíveis no caso do castelhano que no do português, onde suscitam muito mais polémica política.

A tensão entre a centralidade normativa da RAE e das suas academias associadas (ASALE) na América Latina e a expressão explícita do pluricentrismo normativo, quando se manifesta em instrumentos linguísticos de outros centros alternativos, é uma característica da polémica normativa do espanhol. No caso do português, a polémica se centra na ruptura (ou não) da tradição normativa de base lusitana, fundada sobre o português literário europeu do século XIX, e no reconhecimento (ou não) das normas práticas de uso linguístico que definem o português brasileiro de “prestígio” atual, em certa medida identificado somente com a expressão oral (Bagno, 2009).

A política de controle normativo empreendido pela RAE/ASALE no espaço linguístico do castelhano exigiu reformulações para garantir a noção de unidade linguística. A política pan-hispânica, iniciada nos anos 90, constitui uma espécie de reconhecimento parcial da diversidade de normas compreendidas nesse espaço, com o objetivo de resguardar a autoridade normativa da RAE e a sua tradição. Hamel (2004) a define, graficamente, como uma forma de *pluricentrismo piramidal*.

A política pan-hispânica supôs a elaboração de instrumentos linguísticos “plurais” que, sob a direção da RAE e a participação das academias americanas da ASALE, recolhessem elementos linguísticos de todo o mundo hispânico. Esse empreendimento culminou na publicação da *Nueva gramática de la lengua española* (2009-2011), assinada por ambas as instituições (RAE e ASALE) e apresentada com o lema “El español de todo el mundo”.

Na realidade, essa perspectiva mais descritiva, que pretende abarcar a diversidade, convive desde o início com iniciativas de política normativa que continuam colocando o espanhol castelhano como variedade central. Arnoux (2013) percebe isso analisando as diversas versões divulgadoras da *Nueva gramática* acadêmica e o afunilamento normativo que elas realizam: o *Manual* elaborado sobre a base desses materiais apaga boa parte da diversidade do castelhano que ainda se representa na obra original, enquanto a gramática escolar realizada com o objetivo da sua distribuição massiva na América Latina apresenta já uma opção normativa restrita ao espanhol castelhano.

Outros instrumentos mais claramente normativos são lançados com a *marca pan-hispânica*, como o *Diccionario panhispánico de dudas* (2005), oferecido ao mundo

falante de espanhol como uma ferramenta destinada a orientar os usos de acordo com um modelo de língua padrão supostamente internacional, sob o comando acadêmico. A construção da ideia de unidade linguística precisa desse tipo de ferramentas e não se sustenta apenas no discurso da diversidade. Para manter viva essa consciência é preciso segurar mais curtas também as rédeas da correção.

A ideologia que sustenta essa política foi denominada por José del Valle (2007) *hispanofonia*, por ele definida como “un sistema de ideas, o mejor, de ideologemas, en torno al español históricamente localizado que concibe el idioma como la materialización de un orden colectivo en el cual España desempeña un papel central” (Valle, 2007: 37-38). Naquilo que esse autor define como um pós-nacionalismo ou “nacionalismo panhispânico”, a língua passa a ocupar ou a se sobrepor aos outros dois elementos fundamentais na conformação da identidade nacional clássica: a cultura e o território. A língua passa a ser apresentada, nesse discurso ideológico, como um puro instrumento de comunicação e uma pátria comum.

A ideologia da unidade linguística do português, isto é, a identificação de um espaço unificado de língua portuguesa, por sua parte, não se baseia em nenhuma política normativa específica, mas num vago – e por vezes delirante, como diz Carlos Alberto Faraco (2016) – sentimento lusófono de irmandade transatlântica, como projeto especificamente português que interpreta o mundo conquistado por esse país europeu como um Portugal ampliado, uma espécie de civilização lusotropical. Uma vez que as academias existentes no âmbito lusófono (de Letras ou de Ciências) não cumprem uma função normatizadora da língua e não contam com instrumentos linguísticos destinados a orientar os usos, a tradição padronizadora do português é reinterpretada pelos gramáticos.

Faraco (2008: 103) lembra que a única tarefa da Academia Brasileira de Letras em matéria de codificação linguística, delegada pelo Estado brasileiro, foi a de produzir o *Vocabulário ortográfico*. Finalmente, pelas dificuldades da própria instituição e por causa da política de convergência normativa ensejada pelo Acordo Ortográfico de 1990 (AO90), foi elaborado de forma colaborativa um *Vocabulário ortográfico comum* (VOC), dirigido pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que inclui tanto o vocabulário comum a todas as variedades nacionais do português como os vocabulários próprios de cada variedade (Faraco, 2016: 194-197). Fora dessa iniciativa, e apesar do que diz Gilvan Müller de Oliveira (2013), para quem o AO90 seria o início de uma política mais geral de convergência normativa, não existem propostas concretas para a construção de uma política normativa unificada ao serviço de uma comunidade linguística portuguesa transnacional nem instâncias de gestão capazes de levar a cabo essa tarefa.

A última iniciativa nessa perspectiva foi a *Nova gramática do português contemporâneo* (1984), de Celso Cunha e Luís F. Lindley Cintra, uma obra autoral que se propõe como instrumento ecumênico de referência para todo o espaço lusófono. Possivelmente, Celso Cunha foi o linguista brasileiro mais engajado nessa política linguística, seguindo o exemplo da língua espanhola, cujos autores cita constantemente como apoio para os seus argumentos. Em um pequeno livro publicado em 1975, intitulado

Uma política do idioma, Cunha fala da seguinte maneira sobre a unidade na diversidade:

O ideal humano seria que todos falassem uma só língua. Na impossibilidade de conseguirmos esse ideal, devemos lutar por manter a unidade relativa onde ela existe.

A luta pela pureza do idioma foi o anseio do século XIX: hoje não pode ser mais o nosso principal objetivo; nossa luta tem que ser para impedir a fragmentação do idioma comum. (Cunha, 1975: 42)

A citação referida por Cunha, nesse caso, é a do filólogo espanhol Dámaso Alonso, de um texto chamado *Unidad y defensa del idioma*, publicado em 1956. Como vemos, porém, faltam no caso do português as instâncias políticas de gestão que poderiam “produzir” essa unidade a partir do reconhecimento da diversidade e da afirmação de certa autoridade para a imposição de um padrão único.

4. CONCLUSÃO: A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE UNIDADE LINGÜÍSTICA

Processos políticos complexos, que incluem a intervenção concreta sobre o modelo a ser divulgado num determinado território e, sobretudo, a conquista da lealdade dos falantes em relação a esse modelo construído, levantam fronteiras linguísticas. É a lealdade em relação ao padrão que constitui os falantes como tais.

Embora os discursos sobre unidade das línguas possam ser semelhantes, com sua retórica da “unidade na diversidade”, as condições políticas para produzir lealdade linguística são muito diferentes no caso do português e do espanhol. Processos de colonização muito diversos produziram diferenças consideráveis na constituição de centros culturais, capazes de se erigirem em centros normativos, com áreas de influência bem definida. Os mercados de intercâmbio cultural também se formam de maneiras distintas, com uma clara clivagem no mundo lusófono e uma histórica continuidade internacional no âmbito hispânico. As tendências autonomistas e os desejos unionistas desenvolvem estratégias diferentes, de acordo com as condições concretas de produção de norma linguística em cada uma das línguas. Enquanto no âmbito do espanhol, qualquer política de criação de norma-padrão alternativa, de acordo com as normas práticas de prestígio em diferentes capitais da América Latina (sobretudo no México e na Argentina), é marcada pela tensão com a centralidade da RAE. No caso do português, a polémica normativa tem a ver com a legitimação e a homologação das variantes próprias de outros centros normativos fora de Portugal por meio de instrumentos linguísticos autorais.

Por fim, para entendermos a dimensão das fronteiras linguísticas, precisamos interpretar o dinâmico processo de elaboração de norma em suas circunstâncias históricas concretas, considerando que a construção de línguas e a construção de territórios são processos inseparáveis.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALONSO, Dámaso (1956). “Unidad y defensa del idioma”. *Cuadernos Hispanoamericanos*, 78-79 (junho-julho), pp. 272-288.
- ANDERSON, Benedict (2008 [1991]). *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ARNOUX, Elvira Narvaja de (2000). “La glotopolítica: transformaciones de un campo disciplinario”. In: RUBIONE, Alfredo (coord.). *Lenguajes: teorías y prácticas*. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires: Instituto Superior del Profesorado, pp. 15-42.
- (2013). “En torno a la *Nueva gramática de la lengua española* (Real Academia Española y Asociación de Academias de la Lengua Española)”. In: ARNOUX, Elvira; NOTHSTEIN, Susana (coords.). *Temas de glotopolítica*. Buenos Aires: Biblos, pp. 245-270.
- AUROUX, Sylvain (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. [Trad.: Eno Puccinelli Orlandi]
- BAGNO, Marcos (2009). *Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.
- (2017). *Dicionário crítico de sociolinguística*. São Paulo: Parábola Editorial.
- BOURDIEU, Pierre (2003 [1989]). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- (2007 [1979]). *A distinção: Crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk. [Trad.: Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira]
- BURKE, Peter (2004). *Languages and communities in early modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CRISTÓVÃO, Aguinaldo Guedes (2010). “A etimologia da palavra e a inserção do Acordo Ortográfico no ordenamento jurídico angolano”. In: Comissão Nacional do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Ministério da Educação. Oficina de trabalho sobre o Acordo Ortográfico de 1990 [28, 29 e 30 de julho de 2008]. Luanda: Mayamba Editora, pp. 123-137.
- CUNHA, Celso (1975). *Uma política do idioma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley (1984). *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- FANJUL, Adrián (2011). “‘Policêntrico’ e ‘Pan-hispânico’. Deslocamentos na vida política da língua espanhola”. In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos (orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, pp. 299-331.
- FARACO, Carlos Alberto (2008). *Norma culta brasileira: Desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial.
- (2016). *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial.
- FONTANELLA DE WEINBERG, Beatriz (1992). *El español de América*. Madri: Mapfre.
- GARCÍA, Ofelia (1999). “Latin American”. In: FISHMAN, Joshua A. (ed.). *Handbook of language and ethnic identity*. Nova Iorque; Oxford: Oxford University Press, pp. 226-243.
- GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Jean-Baptiste (1986). “Pour la glottopolitique”. *Langages*, no. 83, pp. 5-34.
- HAMEL, Rainer Enrique (2004). “Las cuatro fronteras de la identidad lingüística del español: lengua dominante y dominada, lengua fronteriza y lengua internacional”. In: INSTITUTO CERVANTES. *Actas del III Congreso Internacional de la Lengua Española*. Rosario (Argentina). Disponível em: <<https://congresosdelengua.es/rosario/mesas-redondas/hamel-rainer.htm>> (Acesso: 1 de dezembro de 2020).

- HAUGEN, Einar (1983). “The implementation of corpus planning: Theory and practice”. In: COVARRUBIAS, Juan; FISHMAN, Joshua F. (eds.). *Progress in language planning: International perspectives*. Haia: Mouton, pp. 269-289.
- HOBBSAWM, Eric J. (2002 [1990]). *Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. [Trad.: M. C. Paoli, A. M. Quirino]
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (2007 [1936]). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato (2006). *O português da gente: A língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto.
- ISBASESCU HAULICA, Cristina (1970). *Sobre la existencia de una fricativa labiodental sonora [v] en el español cubano*. In: MAGIS, Carlos H. (coord.). *Actas del Tercer Congreso Internacional de Hispanistas*. México D. F.: AIH, pp. 473-478.
- JOSEPH, John Earl (1982). “Dialect, language and ‘synecdoche’”. *Linguistics*, 20, pp. 473-491.
- (1985). “‘Superposed’ languages and standardization”. *Studi Italiani di Linguistica Teorica e Applicata*, anno XIV, 1-3, pp. 35-51.
- KLOSS, Heinz (1959). “‘Abstand Languages’ and ‘Ausbau Languages’”, *Anthropological Linguistics*, vol. 9, no. 7, pp. 29-41.
- LABOV, William (2009 [1972]). *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial. [Trad.: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues de Oliveira]
- LAGARES, Xoán Carlos (2011). “Minorias linguísticas, políticas normativas e mercados. Uma reflexão a partir do galego”. In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos (orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, pp. 169-192.
- (2018). *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola Editorial.
- LARA, Luís de (2004). *Lengua histórica y normatividad*. México: El Colegio de México.
- LEÃO, Duarte Nunes (1983 [1601]). *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. [Introd., notas e leitura de M. L. Carvalhão Buescu]
- LUCCHESI, Dante (2015). *Língua e sociedade partidas: A polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.
- MALMBERG, Bertil (1975 [1959]). *Los nuevos caminos de la lingüística*. Madri: Siglo XXI. [Trad.: Juan Almela]
- MONTEAGUDO, Henrique; LAGARES, Xoán Carlos (2018). “Norma e autoridade linguística no galego e no português brasileiro”. *LaborHistórico*, no. 3, pp. 12-27.
- MORENO CABRERA, Juan Carlos (2015). *Los dominios del español: Guía del imperialismo lingüístico panhispánico*. Madri: Editorial Síntesis.
- NEBRIJA, Antonio de (1980 [1492]). *Gramática de la lengua castellana*. Edición y estudio de Antonio Quilis. Madri: Editora Nacional.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de (2013). “Um Atlântico ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI”. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). *O português no século XXI: Cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editorial, pp. 53-73.
- SANTOS, Milton (2008). *A natureza do espaço: Técnica, razão e emoção*. 3ª edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP).
- VALLE, José del (2007). “La lengua, patria común: la *hispanofonía* y el nacionalismo panhispánico”. In: VALLE, José del (ed.). *La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español*. Madri; Frankfurt am Main: Iberoamericana: Vervuert.

- VALLE, José del (2017). “La perspectiva glotopolítica y la normatividad”. *Anuario de Glotopolítica*, no. 1., pp. 17-39. Disponível em: <<https://glotopolitica.com/2017/09/23/anuario/>> (Acesso: 15 de fevereiro de 2020).
- WOOLARD, Kathryn A. (2012). “Introducción. Las ideologías lingüísticas como campo de investigación”. In: SCHIEFFELIN, Bambi B.; WOOLARD, Kathryn A.; KROSKRITY, Paul V. (eds.). *Ideologías lingüísticas: Práctica y teoría*. Madri: Catarata, pp. 19-69.